

The Economist |

Mais uma tentativa de salvar as florestas

MESMO DIANTE dos resultados limitados obtidos em Copenhague, esta reunião marcou uma mudança no que se refere às políticas de preservação das florestas do planeta. Matéria da revista *The Economist* de 17 de dezembro de 2009 analisa como a questão foi tratada ao longo dos primeiros dias da conferência. Mesmo sem a formalização de regras e metas sobre as florestas, a última COP apresentou grande evolução em relação à reunião de Quioto, cujo tratado praticamente ignora a questão florestal.

Uma mudança na postura de países detentores de grandes florestas é apontada como a principal causa da transformação. Nações como o Brasil atenuaram sua preocupação em relação à soberania nacional e passaram a aceitar algumas regras para preservação de suas florestas.

O relativo consenso sobre o impacto das emissões causadas pelo desmatamento nas emissões globais de gases causadores de efeito estufa – a maioria dos países aceita que seria de até 20% do total de emissões – impulsionou as discussões na conferência das partes. A conclusão de que reduzir emissões é uma das opções mais rápidas e baratas também ajudou aprofundar os debates.

Exemplo disso foi uma reunião realizada em 16 de dezembro com líderes de seis nações ricas buscando formas de incentivar a preservação de florestas. A Austrália, a França, o Japão, a Noruega, a Grã-Bretanha e os EUA disponibilizaram US\$ 3,5 bilhões para ações além das exigências mínimas de reduções de desmatamento em países pobres. Os benfeitores acreditam que desta forma haverá incentivos

para preservação da biodiversidade e para o crescimento econômico sustentável.

Apesar de aparentemente generosa, a doação ainda está distante dos US\$ 25 bilhões que se estimam necessários até 2015 para implementação de ações efetivas que reduzissem o desmatamento. Uma iniciativa da realeza inglesa denominada Prince's Rainforest Project, comandada pelo príncipe Charles, busca obter o dinheiro que ainda falta por meio de obras de caridade.

Mesmo com todas estas demonstrações de “boa-fé” em relação as florestas, nenhuma meta para redução de desmatamento foi definida em Copenhague. Uma explicação para o fato está na desconfiança das nações que detêm florestas em relação aos países ricos que, apesar do discurso incisivo, ainda não se mostram muito dispostos a pagar pelas metas. Assim, metas mais ambiciosas apresentadas na conferência, como a redução de 50% do desmatamento até 2020, e sua eliminação até 2030, não obtiveram apoio das nações em desenvolvimento.

Há também muita indefinição sobre os mecanismos de arrecadação e gerenciamento dos recursos, sem falar na forma como seriam alocados entre os agentes responsáveis pela preservação. Diversas nações defendem que os recursos sejam gerenciados por governos dos países que detêm florestas, e não distribuído diretamente aos agentes responsáveis. O argumento para tal está baseado no chamado *carbon leakage*, sob a ideia de que remunerar os agentes por não desmatar em uma determinada área os levaria a buscar outras regiões para realizar suas atividades econômicas. Ao adotar um escopo

nacional, o problema seria evitado pela impossibilidade dos agentes mudarem de país para buscar novas áreas que permitam o desmatamento.

Por outro lado, o *national approaching* não define como os governos beneficiados iriam repassar os recursos para os agentes responsáveis pela preservação. Considerando a instabilidade política e institucional de boa parte das nações que mantêm florestas, fica difícil esperar que este processo fosse realizado da forma mais eficiente no que se refere à preservação das florestas.

Um mecanismo mais amplo que permitiria a preservação das florestas seria o Redd-plus¹, já discutido na edição de novembro de *Agroanalysis*. A construção de um mercado de preservação florestal, com instrumentos semelhantes aos hoje existentes para comercializar os créditos de carbono, não avançou muito em Copenhague devido à falta de consenso sobre qual montante de créditos comprados de outros países poderia ser usado pelas nações com metas. Contudo, alguns avanços como a recompensa a nações que preservaram suas florestas no passado foram incorporados.

Questões práticas como a forma de verificação das atividades geradoras de créditos também estão pouco claras. Teme-se que as chamadas linhas de base, que permitem calcular a adicionalidade de cada projeto, sejam infladas visando a ampliar o cálculo da contribuição de ações de preservação. A concessão de créditos também esbarraria na questão do vazamento de carbono já mencionado.

Apesar de todas as dificuldades relativas à criação de mecanismos para preservação de florestas, observa-se uma clara evolução na consciência das lideranças que participam dos debates climáticos sobre a importância de preservar as florestas e a necessidade de remunerar os agentes responsáveis por sua preservação. ■

1. Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) com a adição de programas de conservação e manejo florestal.